



ATA NÚMERO 04/2013

1 Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, com início às quatorze horas, na
2 Sala do Conselho Universitário, sito à Praça Sete de Julho, 180, realizou-se sessão ordinária do
3 Conselho Universitário - CONSUN da Universidade Federal de Pelotas, convocada e presidida
4 pelo Professor **Mauro Augusto Burkert Del Pino**, Magnífico Reitor, com a participação dos
5 seguintes conselheiros: **Carlos Rogério Mauch**, Vice-Reitor, **Antonio Carlos de Freitas**
6 **Cleff**, Pró-Reitor de Administração; **Fabiane Tejada da Silveira**, Pró-Reitora de Graduação;
7 **Denise Petrucci Gigante**, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; **Gilberto Loguércio**
8 **Collares**, Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento; **Antonio Carlos Martins da Cruz**,
9 Pró-Reitor de Extensão e Cultura; **Carlos Antonio Pereira Campani**, Pró-Reitor de Assuntos
10 Estudantis; **Alvaro Luiz Moreira Hypólito**, Pró-Reitor de Gestão de Recursos Humanos;
11 **Gilson Simões Porciúncula**, Pró-Reitor de Infraestrutura; : **José Francisco Gomes Schild**,
12 Diretor da Escola Superior de Educação Física; **Eduardo Gonçalves Xavier**, no exercício da
13 Direção da Faculdade de Agronomia **Eliseu Maciel**; **Alexandre Fernandes Gastal**, Diretor da
14 Faculdade de Direito; **Márcia Bueno Pinto**, Diretora da Faculdade de Odontologia; **Thomaz**
15 **Lúcia Júnior**, Diretor da Faculdade de Veterinária; **Edar da Silva Añaña**, Diretor da
16 Faculdade de Administração e Turismo; **Lúcia Maria Vaz Peres**, Diretora da Faculdade de
17 Educação; **Gladis Aver Ribeiro**, Diretora do Instituto de Biologia, **Sidney Gonçalves Vieira**,
18 Diretor do Instituto de Ciências Humanas; **Victor Paulo Barros Gonçalves**, Diretor do
19 Instituto de Física e Matemática; **Álvaro Augusto Borba Barreto**, Diretor do Instituto de
20 Filosofia, Sociologia e Política; **Lauer Nunes dos Santos**, Diretor do Centro de Artes,
21 **Luciane Prado Kantorski**, Diretora da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia; **Fabício**
22 **Pereira Harter**, no exercício da Direção da Faculdade de Meteorologia; **Antonio César**
23 **Silveira Baptista da Silva**, Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; **Paulo Ricardo**
24 **Silveira Borges**, Diretor do Centro de Letras e Comunicação; **Odir Antonio Dellagostin**,
25 Diretor do Centro de Desenvolvimento Tecnológico; **Carlos Antonio da Costa Tillmann**,
26 Diretor do Centro das Engenharias; **Jabr Hussein Deeb Haj Omar**, Diretor do Centro de
27 Integração do MERCOSUL; **José Ricardo Kreutz**, no exercício da Direção do Centro de
28 Educação a Distância; **Paulo Bretanha Ribeiro**, representante dos Professores Titulares;
29 **Álvaro Leonardi Ayala Filho**, representante dos Professores Associados; **Aluísio Jardim**
30 **Dornellas de Barros**, representante dos Professores Associados; **Pedro Rodrigues Curi**
31 **Hallal**, representante dos Professores Adjuntos; **Willian Silva Barros**, representante dos
32 Professores Adjuntos; **Vanessa Caldeira Leite**, representante dos Professores Assistentes; **Elza**
33 **Cristina Miranda da Cunha**, suplente da representante dos Professores Auxiliares; **Márcia**
34 **Foster Mesko**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Paulo Roberto**
35 **Ferreira Júnior**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Flávio Fernando**
36 **Demarco**, representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Elizabeth Helbig**,
37 representante do COCEPE; **Eduardo Algayer Osório**, representante Comunitário; **André**
38 **Fehrenbach**, **Daniel Filizola**, **Vânia Maria Generoso Silva**; **Jonathan Silva**, **Bruno**
39 **Martinelli** (suplente); **Maurício Pelegrini** e **Renan Martinez**, representantes discentes;
40 **Ediane Sievers Acunha**, **Márcia Cristina Duarte Lopes** (suplente), **Gustavo Alves**
41 **Andrade**, **João Paulo Voltan Adamoli** (suplente), **Darci Cardoso da Silva** (suplente),
42 **Vilson Borba Pinto** e **Willi Wetzell Jr.**, representantes dos Técnicos Administrativos. Não
43 compareceram os conselheiros **Farid Butros Iunan Nader**, Diretor da Faculdade de Medicina;
44 que justificou sua ausência, por afastamento da cidade; **Márcia Rúbia Duarte Buchweitz**,
45 Diretora da Faculdade de Nutrição; **Sérgio Luiz dos Santos Nascimento**, Diretor do Centro de
46 Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos; **Iná da Silva dos Santos**, representante dos
47 Professores Titulares; **Celeste dos Santos Pereira**, representante dos Professores Assistentes,
48 **Paulo Fernando do Couto Bispo**, representante dos Professores Auxiliares; José Luiz de



49 Pellegrin, representante do COCEPE e Carlos Mário de Almeida Santos, representante
50 Comunitário. O Senhor Reitor cumprimentou a todos e colocou em apreciação a ordem do dia
51 referente à alteração do Estatuto e do regimento da Universidade no que se referia aos
52 integrantes do Conselho Universitário. O conselheiro Pedro Hallal, disse entender, resgatando
53 um comentário do conselheiro Paulo Bretanha, que o que estava na pauta, e estava sendo
54 discutido, era uma *adequação* da composição do Conselho a uma legislação superior e não uma
55 *alteração* de Estatuto e Regimento e solicitava, portanto, que fosse modificado o nome da pauta
56 para readequação da composição do Conselho Universitário. O Conselheiro Paulo Bretanha
57 disse que também entendia ser somente uma adequação da composição do Conselho
58 Universitário ao Decreto Presidencial, que estabelecia a composição, porque o Estatuto estaria
59 defasado e a Administração se comprometeria a deflagrar o processo de discussão do Estatuto,
60 pois se não encaminhassem dessa maneira não se teria como recompor o Conselho e todos
61 estavam ali legitimamente e somente haveria uma reenquadração e não reforma de Regimento.
62 O Conselheiro Álvaro Barreto comentou que, se o Conselho, naquele dia, havia sido convocado
63 conforme a lei, então era porque estava adequado. O senhor Reitor esclareceu que a atual
64 Administração havia feito uma adequação temporária que pressupõe uma caça ao direito dos
65 técnicos-administrativos de serem pró-reitores e entendiam que tanto eles como os docentes
66 tinham o direito assumirem cargos de gestão, e, se mantivessem essa composição, na prática,
67 retirariam esse direito que tinham adquirido através de uma conquista histórica, então queriam
68 adequar para que nenhuma categoria tivesse prejuízo. O conselheiro Álvaro Barreto disse
69 entender que a adequação do Conselho era do interesse da atual Administração e não porque o
70 Conselho não estaria adequado à lei naquele momento. O senhor reitor disse que era do
71 interesse da atual gestão adequar o Conselho à legislação, para que pudessem trabalhar, até de
72 forma inédita, de forma colaborativa para que pudessem implementar as alterações que toda a
73 comunidade espera, em especial o processo Constituinte. O Conselheiro Antônio Silva
74 comentou que a reunião anterior havia sido terminada nesse ponto, seria reforma regimental ou
75 adequação, então perguntou se o Procurador Jurídico havia sido questionado sobre o assunto e
76 se ele entendia ser, ou não, alteração regimental? O senhor Reitor explicou que haviam feito um
77 conjunto de consultas e dos pareceres que haviam tido entendiam que as duas possibilidades
78 seriam possíveis, mas que a Administração havia optado por um encaminhamento, mas que o
79 Conselho era soberano e poderia decidir de outra forma. O Conselheiro Álvaro Hipólito
80 esclareceu que para o Conselho e para as pró-reitorias era ruim terem de fazer essas adequações
81 para que o Conselho se reunisse como acontecera no final ano que passou e que a busca por
82 uma solução mais definitiva seria o melhor para o Conselho. A conselheira Luciane Kantorski
83 perguntou se quando fossem discutir a forma de convocação poderiam também discutir
84 cronograma. O senhor reitor disse que poderiam sim discutir, pois a pauta estava em discussão.
85 O senhor Reitor esclareceu, então, que a ordem do dia seria alterada, conforme fora discutido,
86 mudando a expressão *alteração* para *adequação* da composição, segundo item a forma de
87 convocação e acrescentando a discussão do cronograma de reuniões. Colocou em votação as
88 seguintes propostas da ordem do dia: Proposta um: a original e a proposta dois seria com as
89 alterações. A alteração da ordem do dia, proposta dois, foi aprovada por maioria, com doze
90 abstenções. O senhor reitor disse que passariam então à discussão da adequação da composição
91 do Conselho à legislação vigente, que pressupõe que se tenham setenta por cento de docentes
92 na sua composição. Abriu espaço para apresentação de propostas e disse que a Administração
93 havia trabalhado na proposta vencedora da reunião passada de acrescentar seis docentes no
94 Conselho Universitário docentes, quatro entre os Coordenadores de Graduação e dois entre os
95 de Pós-Graduação, sendo que referente aos de Graduação seriam eleitos pelas respectivas áreas
96 de conhecimento, mas como se tinha oito áreas, a proposta seria de que os seis seriam
97 representantes da Graduação nas áreas faltantes, teriam, então, oito representantes de graduação
98 das áreas de conhecimento. A Conselheira Luciane perguntou quais seriam as áreas. O senhor
99 reitor respondeu que seriam: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias,
100 Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e
101 Linguística, Letras e Artes. Esclareceu que se passaria de dois para seis representantes dos

41.



102 Coordenadores de Colegiado de Curso de Graduação, de forma a garantir a participação de
103 todas as áreas de conhecimento. O Conselheiro Odir Dellagostin comunicou que teria uma
104 proposta a fazer, que seria o agrupamento das oito áreas de conhecimento em três grandes
105 áreas: Ciências da Vida, Ciências Exatas e Saúde e Ciências Humanas, onde se teria dois
106 representantes de Coordenadores de Colegiado de Graduação para cada uma dessas grandes
107 áreas e um representante, também, para cada uma das grandes áreas, para a pós-graduação.
108 Dessa maneira teriam uma distribuição entre as diferentes áreas e contemplariam, também, os
109 quarenta programas de pós-graduação, que ficariam mais bem representados. Dessa forma
110 ficariam com seis representantes da graduação e três da pós-graduação. O senhor Reitor disse
111 que a proposta procurava estabelecer uma mediação, um maior equilíbrio e que de sua parte não
112 teria nenhuma ressalva a fazer. O conselheiro Flávio Demarco disse concordar com o
113 conselheiro Odir porque essa proposta daria maior respaldo aos Programas de Pós-Graduação.
114 O conselheiro Paulo Bretanha esclareceu que seria, então, mais quatro representantes na
115 Graduação e mais dois para a Pós-Graduação, o que achava interessante. O Conselheiro Bruno
116 Martinelli disse que os estudantes apresentariam uma nova proposta e pediu para que fosse
117 entregue aos conselheiros um material. Disse que a proposta contemplava a substituição dos
118 oito pró-reitores pelo acréscimo de mais quatro representantes de colegiados de graduação, três
119 de pós-graduação e mais um representante do COCEPE. Dessa forma o Conselho ficaria com a
120 composição trinta e cinco vírgula cinco (35,5) por cento de Diretores de Unidade, quinze
121 vírgula quatro (15,4) por cento de representantes das classes do magistério, nove vírgula dois
122 (9,2) por cento de coordenadores de curso de graduação, seis vírgula um (6,1) por cento de
123 coordenadores de pós-graduação, três(3) por cento para reitor e vice-reitor, dez vírgula oito
124 (10,8) para técnico administrativo, dez vírgula oito (10,8) para estudantes, quatro vírgula seis
125 (4,6) para CONDIR e quatro vírgula seis (4,6) para COCEPE. Disse que para os estudantes essa
126 era a divisão mais equânime. O conselheiro Aluísio Barros solicita ao conselheiro Bruno
127 explicação sobre a justificativa da retirada dos pró-reitores. O conselheiro Bruno Martinelli
128 disse que o assunto havia sido muito discutido entre os alunos e comentou que nas
129 universidades próximas os pró-reitores não têm voto nos Conselhos Universitários e que isso
130 dava maior autonomia a esse órgão, que era o responsável por legislar e fiscalizar a
131 Universidade e assim dissociavam o Conselho da Administração. O conselheiro Álvaro Hipólito
132 entende que essa proposta seria para uma constituinte e agora somente se faria uma adequação,
133 complementando a composição. O conselheiro Maurício Pellegrini disse entender que mesmo
134 que ocorresse mudança de nome, iria ser alteração de Regimento e não adequação. Qualquer
135 decisão deste conselho de modificação seria alteração de Regimento. O Conselheiro Paulo
136 Borges disse que entendia que como o Regimento já tinha a previsão de Coordenadores de
137 Graduação e de Pós-Graduação somente adequar-se-ia o número, seria uma adequação à
138 legislação vigente. A conselheira Ediane esclarece que adequação numérica não é alteração de
139 conceito, então não seria alteração e que a proposta dos estudantes seria uma mudança
140 regimental. O conselheiro Paulo Adamoli comentou que entendia que todos deveriam ser
141 eleitos no Conselho Universitário, mas que isso seria matéria para uma Constituinte e no
142 momento adequado seriam feitos debates com toda a comunidade universitária. O conselheiro
143 Antonio Cesar Silva disse que se deveria ter um parecer da Procuradoria Jurídica para saber se
144 seria ou não alteração regimental. O senhor Reitor disse que a mesa entendia que era soberana
145 para deliberar sobre a questão e que esta entendia que não era alteração regimental. O
146 conselheiro Paulo Ferreira Jr. disse que se o Reitor e o Vice-reitor já haviam feito uma
147 investigação anterior, então o Conselho poderia votar. O conselheiro Alexandre Gastal disse
148 que artigo 15 do Estatuto, no que tange aos coordenadores de curso, essa mudança inclui os
149 representantes de pós-graduação e isso não está no Regimento nem no Estatuto, então qualquer
150 mudança seria uma alteração no Regimento e chamava atenção para o quorum qualificado. O
151 senhor Reitor disse que como já ocorreu uma adequação à legislação nos anos anteriores para
152 atender à Lei de Diretrizes e Bases, lei maior que o próprio Regimento. O Conselheiro Álvaro
153 Hipólito disse que a rigor sempre que ocorreu adequação da composição dos setenta por cento,
154 não houve alteração no Regimento, então não entendia o porquê de não haver naquele



155 momento. O conselheiro Pedro Hallal disse que ficara evidente que o Estatuto dizia algo
156 diferente do Regimento. Disse que estavam fazendo um esforço para que o Conselho
157 funcionasse e que tinham uma proposta de adequação, com o compromisso de, dentro de cem
158 dias, deflagrar um processo Constituinte. Parecia mais sensato resolverem qual proposta tinha
159 maior preferência até a constituinte. O conselheiro Maurício Pelegrini disse que teriam de sair
160 da ilegalidade e que fizessem a alteração desses dois artigos do Regimento e do Estatuto para o
161 Conselho estar legal. Disse que essa postura com certeza deixava decepcionados os mais de
162 vinte mil alunos. Disse que para fazerem o Conselho funcionar teriam de ter atitude quando
163 necessário e não terem medo de mudanças. O conselheiro Bruno Martinelli disse que se tinham
164 quórum privilegiado para alterar o Regimento deveriam fazê-lo. Comentou que gostaria de
165 parabenizar a atual administração que estava, pela segunda vez, tentando adequar para que o
166 Conselho funcionasse com a composição correta e que as grandes decisões fossem tomadas de
167 forma colegiada, como deveriam ser, mas entendia que deveriam julgar não espírito de alguma
168 coisa, o que daria margem para várias coisas, e sim julgar a materialidade do que queriam fazer,
169 e que esta materialidade entendia ser alteração regimental. Disse, ainda, que os estudantes
170 tomariam as medidas necessárias caso fosse feita essa adequação sem ser feita a alteração
171 regimental. O conselheiro João Adamoli disse que já haviam decidido sobre isso na reunião
172 anterior de que adequariam o estatuto e que deveriam votar ou fazer o encaminhamento para à
173 Procuradoria Jurídica. O conselheiro Paulo Bretanha entendia que a proposta dos alunos seria
174 para a Constituinte e se queriam uma democracia na nossa Universidade e por entender que a
175 composição dos Conselhos era uma das discussões mais importantes a serem feitas na
176 Estatuinte, não deveria ser feita sem uma maior reflexão, dos técnico-administrativos, alunos,
177 inclusive dos Diretores nas suas Unidades. O conselheiro Alexandre Gastal entendia que
178 deveriam objetivar, votar as duas propostas e, adiantou que era simpático aos pressupostos da
179 proposta do DCE, embora sendo para ser tratada na Estatuinte, com maior reflexão, mas se era
180 da vontade dos alunos, poderia ser votada naquele momento junto com a proposta do
181 conselheiro Odir, para ele, fosse qual fosse a mudança, seria alteração regimental, mas
182 entendia que deveriam votar. A conselheira Márcia Pinto disse que o Conselho Departamental
183 da Faculdade de Odontologia havia se reunido para debater as duas propostas, a da Reitoria e a
184 do DCE, e entendiam que a proposta do DCE era a que mais se aproximava aos novos rumos
185 que a Universidade estava tomando, mas por também entender no momento que o Reitor
186 precisava do apoio principalmente através do voto de seus pró-reitores, aprovavam a proposta
187 da Administração, com a ressalva que a Estatuinte fosse feita o mais rápido possível, tendo
188 como pano de fundo a proposta dos alunos visto ser a que mais contemplava a independência
189 dos poderes dentro da Universidade. A conselheira Luciane Kantorski disse que o Conselho
190 Departamental da Faculdade de Enfermagem, também havia se reunido e decidido que não
191 apoiariam nenhuma proposta que contemplasse a diminuição do percentual da representação de
192 estudantes ou técnico-administrativos. O conselheiro José Schild solicitou maiores
193 esclarecimentos sobre as duas propostas e se não deveriam ser votadas separadamente. O
194 senhor Reitor disse que para a Mesa a proposta era uma adequação da composição do Conselho
195 e estavam acolhendo as propostas como adequação à legislação e por isso deveriam votar as
196 propostas. O conselheiro Thiago disse que se não fosse alterar o Regimento, deveriam ampliar
197 o número de assentos dos coordenadores de pós-graduação, que já não constava no regimento e
198 atingiriam os setenta por cento de docentes. O senhor reitor disse que a Mesa retirava a sua
199 proposta original e que votariam as outras duas propostas. Solicitou ao conselheiro Odir que
200 explanasse sua proposta, que seria a de número um. O conselheiro Odir Dellagostin disse que
201 adequaria a proposta da mesa aumentando a categoria dos docentes com quatro coordenadores
202 de curso de graduação e dois para a pós-graduação e como já se tinha dois na graduação e um
203 na pós-graduação, ficar-se-ia com seis para a graduação e três para a pós-graduação,
204 distribuídos nas três grandes áreas: Ciências Humanas (Humanas, Sociais Aplicadas e
205 Linguística, Letras e Artes); Ciências da Vida (Agrárias, Saúde e Biológicas) e Ciências Exatas
206 (Exatas, Terra e Engenharias). O conselheiro Bruno Martinelli esclareceu que mantinham a
207 proposta dois, mas seria de alteração de Regimento e Estatuto. O conselheiro Maurício



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 04/2013 – FLS. 5 de 11

208 Pelegrini comentou que a proposta do DCE era uma proposta da atual reitoria, feita em
209 campanha, com a intenção de democratizar este Conselho, deixá-lo mais representativo, e que a
210 proposta do DCE era de aumentar o numero de representantes de coordenadores de colegiado
211 de curso de graduação de dois para seis, de coordenadores de pós-graduação de um para quatro,
212 e do COCEPE, de dois para três. Disse que os pró-reitores seriam convidados permanentes
213 deste Conselho, tendo direito à fala, trazendo contribuições. Mas esta proposta não traz a
214 diminuição da representatividade discente, que é a maior categoria a ser representada neste
215 Conselho, a razão de ser da Universidade e disse que apelava aos conselheiros que não
216 votassem pela diminuição dessa representatividade e solicitou aos representantes técnico-
217 administrativos que não votassem pela diminuição da sua representatividade ao aumentar o
218 número de docentes, mas que somente fizessem a readequação das cadeiras já existentes. O
219 conselheiro Edar Añaña solicitou que fosse encaminhada votação secreta em respeito aos pró-
220 reitores para que não tivessem que se abster. O Conselheiro Antonio Cruz disse pelos pró-
221 reitores não haveria necessidade e que a votação poderia ser aberta. O conselheiro Carlos
222 Mauch disse achar abominável esse tipo de votação. A conselheira Luciana Kantorski também
223 se manifestou contrária. O conselheiro Álvaro Barreto disse entender que também era
224 democracia seguir-se as regras existentes. O senhor Reitor disse que cumpririam o Regimento e
225 que a votação seria secreta. O senhor presidente passou à votação secreta, com a chamada
226 nominal dos presentes. Foi vencedora a proposta de alteração nomeada de número um, trazida
227 pelo Conselheiro Odir Dellagostin, com trinta e cinco votos e a proposta número dois, trazida
228 pela representação discente, com vinte votos e um voto em branco. A conselheira Luciane
229 Kantorski declarou, em nome do Conselho Departamental da Enfermagem, seu voto na
230 proposta dos estudantes porque não eram favoráveis que, em nome da governabilidade,
231 proceda-se a uma alteração regimental, no seu artigo 17, sendo diminuída a representatividade
232 dos discentes e dos técnico-administrativos, embora tivessem a compreensão da importância do
233 processo da Estatuinte Universitária que discutiria mais amplamente essas questões. O
234 conselheiro Mauricio Pelegrini disse que gostaria de deixar registrado que mais uma vez a
235 Reitoria onera a representação discente ao querer recompor o Conselho, o que entendia como
236 uma afronta aos discentes e técnico-administrativos. Disse entender que havia sido um
237 desrespeito a toda uma luta dos estudantes e, também, que depois de uma campanha de
238 democracia, de participação, ter ocorrido aquela deliberação e que deveria ficar na consciência
239 de cada um aquele resultado. Disse que o movimento estudantil estava de luto e que entendia
240 que não havia mudado muito do ano anterior para o atual, sem serem realizadas as mudanças
241 onde realmente deveriam ser feitas. O conselheiro Jonathan Silva disse do seu
242 descontentamento com a maioria do plenário. Disse que gostaria de lembrar à administração,
243 que havia sido feita uma eleição de forma paritária, respeitando e igualando os três segmentos,
244 o que não estava sendo feito dentro do Conselho. E fez um questionamento de qual a
245 necessidade de os pró-reitores votarem no Conselho senão um aparelhamento político da
246 administração central? Citou outras universidades onde entendia existir realmente democracia,
247 pois somente votavam conselheiros eleitos. Declarou seu voto na proposta dos discentes e disse
248 que não tinham medo do debate, nem da transparência. O conselheiro André Fehrenbach disse
249 também do seu descontentamento com o resultado e que na campanha haviam escutado que os
250 tempos ruins iriam mudar; que não haveria mais invernos e sim primaveras, mas que nas
251 reuniões do conselho que havia participado sentia que o inverno continuaria por muito tempo.
252 O conselheiro Álvaro Barreto declarou que não havia votado em nenhuma das propostas de
253 mudança do Regimento e achava decepcionante constatar que a primeira proposição ao
254 CONSUN de uma administração que havia assumido tendo como compromisso convocar uma
255 Estatuinte Universitária havia tido por motivação alterar o Regimento apenas para solucionar a
256 não adequação à norma legal da composição do Conselho, não adequação provocada
257 exclusivamente pela própria Reitoria. Acreditava ser casuismo e entendia como se estivessem
258 rasgando promessas a partir das quais haviam produzido encantamento e votos necessários para
259 vencerem o pleito nos termos fixados pelas associações das categorias que compunham a
260 comunidade universitária. O conselheiro Gilberto Collares declarou seu voto na proposta um e

AT.



261 que o fez por dever de consciência para que o Conselho pudesse se reunir e parabenizava as
262 intenções da administração e de todos os conselheiros que haviam compreendido a intenção do
263 objeto da votação. Entendia também que não existia motivos para que os votos não tivessem
264 sido abertos, porque votava com a sua consciência, independentemente de estar representando a
265 Pró-Reitoria de Planejamento. A conselheira Ediane disse que queria declarar seu voto por
266 entender lamentável e vergonhoso que, enquanto conselheiros eleitos, tenham pedido voto
267 secreto, pois havia a obrigação de dar satisfação aos representados da maneira como votavam.
268 Declarou seu na proposta um por entender que era apenas uma adequação ao Estatuto, não
269 entrando em questões conceituais. Disse que esperava que a Constituinte fosse convocada tão
270 logo houvesse possibilidade para então cada conselheiro pudesse discutir com seus pares e
271 trazerem a decisão dos representados e não decisões pessoais, inclusive daqueles que pregavam
272 democracia. O conselheiro Francisco Schild declarou seu voto na proposta dois e disse se
273 preocupar porque colocaram em votação duas propostas diferentes e que tinham votado em uma
274 proposta que alterava o Regimento, indo contra as regras previstas. O conselheiro Antonio Cruz
275 disse que votou na proposta um por dois motivos basicamente. Disse que estranhava que alguns
276 conselheiros que hoje reivindicavam democracia, haviam participado anos do Conselho
277 Universitário sem que exigissem que fosse cumprido o Regimento e haviam se calado frente a
278 todas as manifestações de autoritarismo que ocorrera naquela sala nos anos passados e
279 sustentaram a proposta que não fosse aceita a consulta à comunidade que foi realizada no ano
280 que passou. Disse, também, que somente se poderia convocar uma Constituinte Universitária
281 com o Conselho funcionando. E entendia que deveria ficar claro quem, no Conselho, realmente
282 defendia a democracia. O conselheiro William Barros disse que votou na proposta dois, pois
283 entendia que os discentes tinham total motivação para manter a sua proporção. Disse que
284 gostaria de lembrar o professor Mauro, como Diretor da FAE, como o professor Mauch,
285 representante de categoria, haviam participado do Conselho e que não era por vontade de
286 alguns que o Conselho havia funcionado irregular. Disse que o Conselho tinha postura e quando
287 convocado deu respostas, inclusive para dar possibilidade dessa nova Administração estar ali.
288 Disse que gostaria que ficasse registrado que a causa de o Conselho era por decisão da Reitoria
289 Mesmo que tivesse representante comunitário e este fosse docente, mesmo assim não estaria
290 regular. Lembrou que o professor Cesar Borges sempre trocava os pró-reitores para adequar.
291 Questionou a criação das pró-reitorias. Esclareceu que não era contrário à nova Administração,
292 que era pelo melhor para a UFPel. Comentou que não era o momento de colocar dez pessoas da
293 gestão dentro do Conselho, que essa não era a forma de democratizá-lo. Disse que a perda dos
294 discentes não iria ser facilmente recuperada, esclareceu que não concordava com a porcentagem
295 de setenta por cento. O conselheiro Paulo Adamoli disse que o Conselho havia exercido a
296 democracia embora com voto secreto e que também concordava com a reivindicação dos
297 discentes de que os conselheiros tinham de ser eleitos e esperava que a atual gestão cumprisse a
298 promessa de campanha e fizessem a constituinte. Disse ainda que entendia que os diretores
299 eram eleitos para serem diretores e não conselheiros, então que isso deveria ser também
300 discutido a forma de todos serem eleitos pela comunidade. O conselheiro Alexandre Gastal
301 declarou seu voto na proposta um, mas disse que, a seu juízo, até por coerência pelo que havia
302 falado antes, entendia que não fora feita alteração alguma no Regimento, registrava que não
303 havia sido atingida a maioria dos votos, não tinha havido quórum qualificado, então acreditava
304 que continuariam com o problema de não atingir o percentual mínimo de docentes. E entendia
305 que se seguissem por quatro anos em campanha eleitoral, classificando alguns como bandidos e
306 outros como heróis, ficaria muito difícil. Então conclamou a todos que desarmassem os
307 espíritos para que pudessem levar a Universidade adiante. A conselheira Lúcia Peres disse que
308 havia votado na proposta um pela governabilidade, embora entendesse legítima a proposta dos
309 alunos. Entendia que teriam que se desarmarem, e que até aquele momento estavam em um
310 jogo de forças. Acreditava que se precisava de inverno, primavera, verão e outono, porque esse
311 era o ciclo da vida e disse que tinha esperanças e apostava na atual Administração, que já havia
312 dado mostras de democracia. A conselheira Márcia Mesko declarou seu voto na proposta dois,
313 embora entendesse, por ser representante dos coordenadores de curso de graduação, que



314 qualquer proposta favoreceria a representatividade dos cursos de graduação e de pós-graduação.
315 Acreditava que a representatividade dos cursos era extremamente importante, pois os maiores
316 problemas existentes na Universidade eram reflexo dos cursos de graduação já estabelecidos e
317 dos que haviam sido criados, que precisavam muito do apoio da Administração. Disse que se
318 sentia desconfortável de votar pela diminuição da proporcionalidade dos alunos e que por esse
319 motivo havia votado na proposta dois, mas que não era uma decisão para votar contra a
320 Administração, pois tinha interesse que a Universidade crescesse e se equiparasse a outras
321 grandes Instituições. Entendia que a História não deveria servir como bengala, mas sim como
322 exemplo para não fossem cometidos os mesmos erros, então gostaria que nas próximas reuniões
323 não tivessem grandes embates, mas convergência de ideias que melhorassem a Instituição, visto
324 que tinha papel muito importante para toda a Região Sul. O conselheiro Carlos Mauch disse
325 que votou na proposta um com muita tranquilidade com o que haviam trabalhado na campanha
326 eleitoral. Disse que quem o conhecia sabia que ele entendia que todas as votações do Conselho
327 deveriam ser abertas e que o encaminhamento que haviam feito naquela reunião era para
328 possibilitar que o Conselho pudesse se reunir, discutir e levar para a comunidade a discussão de
329 fundo que era a Constituinte e que não se arredariam desse compromisso. Disse que a
330 primavera havia realmente chegado, mas que alguns não gostavam das flores, mas que elas
331 estavam ali e que o programa de campanha seria implementado. Esclareceu que, se havia
332 votado na proposta um, que reduziu a representatividade naquele momento, era para permitir
333 que no futuro o Conselho referendasse uma proposta de Constituinte, não somente no Conselho,
334 nem em sessenta dias, mas com profundidade para que tanto os discentes como os técnico-
335 administrativos pudessem disputar uma maior representatividade e fossem representados de
336 uma forma justa do que eram naquele momento. Comentou que, inclusive, sempre havia
337 defendido na sua base uma proporcionalidade maior, não somente setenta/trinta (70/30). Disse,
338 ainda, que era uma falácia acharem que iriam reduzir a representação como sendo uma proposta
339 da Administração e que jamais fariam isso. Disse que o debate não seria restrito ao CONSUN,
340 queria também fora do Conselho, e que as propostas quando chegassem ao Conselho fossem
341 referendadas de forma aberta. O conselheiro Pedro Hallal declarou seu voto na proposta e que
342 sua argumentação era a fala do Conselheiro Gastal, corroborava com a sua manifestação e
343 lamentava que usassem aquele espaço para fazer campanha para daqui a quatro anos. Comentou
344 ser a favor do voto universal e que na ESEF há muito tempo já era utilizado, sem haver
345 qualquer problema. Disse, ainda, que com certeza muitos iriam se surpreender, pois iria
346 acontecer uma grande defesa para que a participação dos estudantes não ficasse somente na
347 porcentagem de dez vírgula oito (10,8) por cento, o que da sua parte já garantia. O conselheiro
348 Eduardo Osório esclareceu que não seria declaração de voto, somente entendia que o impasse
349 continuava, pois o Conselho tinha que ser convocado conforma o Regimento e toda a vez que
350 um professor de pós-graduação fosse convocado não estaria certo e que enquanto não fosse
351 feita essa alteração no Regimento, com os trâmites legais, estariam contra a lei e concluiu
352 dizendo que o que havia sido feito naquele dia mantinha o Conselho ilegal, podendo ser
353 questionado quanto a isso a qualquer momento. O conselheiro Renan Matinez disse que gostaria
354 de esclarecer que os estudantes não estavam contra a Administração como alguns haviam dado
355 a entender e que somente eram oposição às propostas que iam contra os estudantes, contra a
356 Universidade. Disse acreditar que seria até irresponsabilidade estarem contra uma Reitoria que
357 havia sido eleita com a votação que tinha tido dos estudantes e que estava a tão pouco tempo de
358 gestão. Disse que somente estavam contra as votações que eram contrárias aos interesses dos
359 alunos e que gostaria que realmente fosse primavera. O conselheiro Antonio Silva declarou seu
360 voto na proposta dois, embora tenha grande apreço por alguns pró-reitores. Disse também que a
361 proposta dois era mais democrática. Lembrou que já participara de eleições de alteração de
362 Regimento e que não constavam no Regimento que tem acesso e que por esse motivo deveriam
363 ter cuidado quando diziam que estavam contra a lei porque simplesmente poderiam não ter sido
364 atualizado no Regimento a que se tem acesso na página da UFPel. E concluiu pedindo à
365 Administração que providenciasse essas correções em função das alterações que haviam
366 ocorrido nos últimos anos. O conselheiro Bruno Martinelli disse que o que havia sido aprovado



367 naquela reunião havia constituído uma grande perda para os estudantes e de forma alguma
368 estariam tentando impedir o Conselho de funcionar e que, ao contrário, porque achavam
369 essencial que funcionasse e que é tinham trazido uma proposta, que não oneraria nem a
370 representação discente nem a dos técnicos. Disse que não estavam para medir forças, mas
371 estavam ali, tinham sido eleitos legitimamente para defender os direitos dos alunos e disse que
372 gostaria que todos lembrassem as várias manifestações sobre a essencialidade de ser aumentada
373 a representatividade dos técnicos e dos estudantes e que a Administração lembrasse que havia
374 sido eleita com quarenta e quatro (44) por cento de votos dos estudantes, categoria que naquele
375 momento tinha diminuída a sua representatividade no Conselho. Disse, ainda, que se sentia
376 envergonhado em participar do Conselho com essa nova composição, pois os pró-reitores
377 ocupavam onze vírgula três(11,3) por cento do Conselho, que somado com as cadeiras de
378 reitor, vice-reitor e Administração Central ocupavam quatorze (14) por cento do Conselho,
379 enquanto que os estudantes e os técnico-administrativos ocupavam nove vírgula oito (9,8) por
380 cento. Entendia incoerente que defendiam que a representação dos discentes e técnicos deveria
381 ser aumentada depois, mas questionou depois do que? E comentou se fossem outros os
382 representantes discentes se a proposta feita por eles não teria sido acolhida. Lembrou, ainda, o
383 conceito de democracia que era “Democracia é o governo no qual o poder e a responsabilidade
384 cívica são exercidos por todos os cidadãos ou seus representantes livremente eleitos”, disse que
385 não era o que aplicariam no Conselho. A conselheira Vanessa Leite declarou seu voto na
386 proposta um, embora entendesse que não era a ideal. Para ela o ideal, para quem acredita na
387 democracia, seria um Conselho tripartite, com igual participação de docentes, técnico-
388 administrativos e alunos, mas disse que a Lei os obrigava a ter a porcentagem de setenta/trinta.
389 Disse ter votado da proposta um porque era a que menos alterava o Regimento e disse, ainda,
390 que gostaria de deixar uma perguntar: Por que naquele momento não queriam que os pró-
391 reitores estivessem ali se já estavam no Conselho historicamente? Entendia que o debate
392 deveria ser para todos, em um espaço maior. Conselheira Fabiane Tejada declarou seu voto na
393 proposta um como sendo medida provisória e emergencial e disse concordar como argumento
394 dos estudantes, de que deveriam ser eleitos os conselheiros, mas que, por ter responsabilidade,
395 entendia que aquela era a maneira que tinham para adequar a proporção, para que pudessem ter
396 condições de levar adiante as propostas da nova Administração, mas que deixava claro que
397 sempre defendeu o voto universal e a paridade nos conselhos. O conselheiro Paulo Ferreira Jr.
398 declarou seu voto na proposta um, por entender que era a que menos feria o Regimento e por
399 ser uma solução emergencial. Disse que, por ser representante dos coordenadores de curso,
400 entendia os colegas e os alunos, mas que também estava com vários problemas nos cursos de
401 graduação como falta de professores, salas de aula, laboratórios etc. Concluiu dizendo aos
402 alunos que ficassem tranquilos porque lutariam também por eles, pois conhecia a realidade
403 deles e sentia-se, também, representante deles, pois ouvia diariamente, inclusive, os pais dos
404 estudantes. O conselheiro Edar declarou seu voto na proposta dois não somente por ser a
405 proposta dos estudantes, mas porque entendia que era a que melhor se prestava a socorrer a
406 universidade neste momento emergencial e disse que entendia proposta um não traria uma
407 solução permanente para a Universidade, pois bastaria que a Reitoria quisesse designar um
408 novo pró-reitor servidor técnico ou da comunidade e o problema estaria posto novamente. Disse
409 que na reunião anterior havia sido, juntamente com o Conselheiro Paulo Bretanha, que haviam
410 construído uma proposta para a Administração e a favor da Administração, mas que
411 infelizmente não tinham conseguido aprovar Concluiu dizendo que refutava peremptoriamente
412 e lhe causava profundo desconforto a tentativa de censura a qualquer conselheiro por ter
413 utilizado um expediente previsto no Regimento, pois se estava previsto no Regimento que
414 qualquer conselheiro podia requerer o voto secreto, pois que assim fosse ou que se mudasse o
415 Regimento, mas que não fosse cassado o direito de um conselheiro. O senhor presidente disse
416 que declarava seu voto na proposta um. Esclareceu, em primeiramente, que com base na
417 discordância do conteúdo da Lei de Diretrizes e Bases que estabelecia que setenta por cento de
418 docentes deveriam compor os Conselhos, resgatava a posição historicamente defendida, tanto
419 por ele quanto pelo Conselheiro Mauch, através dos movimentos sociais, de que os três



420 seguimentos e a comunidade externa devem compor de forma equitativa de tal forma que
421 pudessem expressar o seu pensamento sem a preponderância de um seguimento sobre o outro.
422 Disse que, em segundo lugar, o debate, naquele momento travado, deflagraria um novo tempo
423 na UFPel de tal forma que todos pudessem expressar suas ideias da forma que lhes parecesse
424 mais adequada e que todos fossem capazes de ouvir essas declarações sem nenhum apego e
425 constrangimento, em que pese o teor das falas ali expressas. Disse que em um ambiente
426 democrático era assim, tinham que construir essa cultura na UFPel, não apenas a cultura do
427 dizer, mas a cultura do ouvir e acreditava que o exemplo que estavam dando, enquanto
428 Conselho Superior, para toda a coletividade acadêmica seria a possibilidade de ter-se a
429 contraposição de concordarem ou de se contraporem e que isso seria estratégico para o
430 momento que viria, momento de Constituinte. Disse que ao terem aprovado aquela proposta
431 haviam destravado os impedimentos que tinham para que pudessem iniciar o caminho da
432 efetiva mudança do Regimento da UFPel e da construção de uma Constituinte verdadeiramente
433 democrática, transparente e participativa. Concluiu dizendo que o Conselho teria um grande
434 desafio, mas que teriam de dar o exemplo de convivência, do diálogo, do dizer e do escutar. O
435 conselheiro Alexandre Gastal disse que estava preocupado com o que efetivamente haviam
436 aprovado, pois interpretara que aprovaram, embora sem ter tido quórum qualificado, a
437 modificação do que estaria no artigo quinze para que passasse a contemplar outro número de
438 coordenadores de curso ou se havia sido somente a decisão de convocar mais coordenadores .ao
439 arrepio do texto do Regimento. Esclareceu que fosse um ou outro o esclarecimento da Mesa,
440 gostaria de sugerir que, sem prejuízo do que havia sido decidido, mas que paralelamente fosse
441 feita uma consulta à Procuradoria Jurídica, para saberem se o que haviam feito dependia ou não
442 de quórum qualificado, pois estava preocupado com as decisões futuras importantes que
443 dariam, daquele momento em diante, e tinha medo da fragilidade jurídica. O senhor Presidente
444 disse que o que haviam aprovado era uma adequação da composição do Conselho à legislação
445 vigente, que aconteceria com o acréscimo de seis docentes, eleitos segundo a proposta do
446 conselheiro Odir. Esclareceu que o Conselho havia dado uma decisão política, pois no
447 Regimento, no seu artigo dezessete, não existia a presença dos coordenadores de cursos de
448 graduação e de pós-graduação, então poderiam fazer a consulta, mas se fosse contrária se teria
449 que arcar de forma pregressa até a criação da LDB, no ano de mil novecentos e noventa e
450 seis, então teriam que atentar para isso. Concluiu dizendo que, para ele haviam feito somente
451 uma adequação. O conselheiro Antônio Cruz disse que na reunião anterior haviam tido a
452 decisão política de não reduzir a representatividade dos alunos e sim uma adequação à
453 composição referente aos coordenadores de cursos de graduação e de pós-graduação. O senhor
454 reitor esclareceu que, segundo o artigo dezessete como a representação discente é a única que
455 não menciona número, poderiam adequar a composição reduzindo a representatividade de
456 alunos, mas entenderam que não deveriam fazer isso, pois todos haviam sido eleitos
457 devidamente. O conselheiro Eduardo Osório disse que, como havia sido dito que algumas
458 alterações que foram feitas no Regimento não constavam no que estava na página da UFPel,
459 entendia ser necessário atualizá-lo, para terem maior segurança nas decisões que tomariam. O
460 conselheiro Paulo Borges disse que o Conselho teria que fazer uma reflexão referente à
461 composição do Conselho quando da elaboração do novo Regimento e que as questões deveriam
462 ficar claras, pois não se poderia aceitar que ficassem à mercê das nomeações dos reitores que
463 afetassem diretamente a composição do Conselho. O senhor reitor passa ao assunto da pauta
464 referente à forma de convocação para as sessões ordinárias e extraordinárias. Esclareceu que
465 essa reivindicação vinha no sentido de que as convocações do Conselho deveriam ser feitas
466 pessoalmente, segundo o artigo 26 do Regimento Geral, comentou que atualmente havia
467 instrumentos mais eficazes e menos onerosos para a Secretaria, que tinha que demandar
468 veículo, motorista, tempo, gasolina e papel, para realizar essas convocações. Então fez a leitura
469 do referido artigo e, após, a leitura da nova proposta de alteração que teria o acréscimo da
470 expressão *correspondência eletrônica* e de dois parágrafos, onde o primeiro seria referente à
471 divulgação da convocação e da ordem do dia na página da UFPel e o segundo referente à
472 obrigação de que cada conselheiro deveria manter o seu e-mail atualizado. Após sugestões dos

AL



473 conselheiros, o senhor presidente colocou em votação, então, a seguinte proposta: alteração do
474 artigo 26: após a palavra *ofício*, fosse colocada uma vírgula e em seguida a expressão
475 "*facultada a convocação por meio eletrônico*" e seguiria o texto anterior. Com relação aos
476 parágrafos referidos, ficou decidido que seriam colocados somente em Resolução. O senhor
477 Reitor esclareceu a todos que seria mudança regimental que deveria ter quórum qualificado.
478 Colocada em votação a proposta que faculta a convocação por meio eletrônico, foi aprovada
479 por unanimidade a alteração. O senhor presidente passou ao último ponto da reunião:
480 Calendário – Cronograma e solicitou que fosse colocado no telão a sugestão de cronograma.
481 Disse que a preocupação havia sido de realizarem uma reunião por mês, alterando os dias para
482 que não houvesse problemas para os alunos. O conselheiro Álvaro Barreto disse entender que
483 não seria necessário ser tão detalhado com os dias, mas sim que fosse colocado que seria na
484 última semana do mês. O conselheiro Paulo Borges entendia que não havia a necessidade de
485 datas pré-definidas, até por conta das viagens do reitor e vice-reitor, que com certeza
486 aconteceriam, e sim que seriam realizadas na segunda quinzena do mês. Com relação ao horário
487 este ficaria a critério do Reitor. O conselheiro Odir Dellagostin disse que seria melhor ter a data
488 pré-definida e, se fosse ser mudada, seriam avisados com antecedência. A conselheira Luciana
489 Kantorski disse que defendia a existência de um cronograma por entender que favoreceria a
490 realização de suas atividades. O conselheiro Maurício Pellegrini comentou com relação aos
491 meses de provas e férias e disse que também defendia a existência de um cronograma. O senhor
492 Reitor colocou em votação duas propostas: Proposta um: indicariam o período, em princípio, a
493 segunda quinzena de cada mês, alternando-se os dias da semana e proposta dois: indicariam a
494 data das reuniões, facultando ao Reitor a alteração de tais datas. Aprovada a proposta dois, com
495 vinte e três votos favoráveis; dezoito votos contrários e duas abstenções. O senhor reitor disse
496 que seriam datas indicativas, prioritárias, sem indicar o turno. Comentou que o conselheiro
497 Carlos Mauch, Presidente do COCEPE, traria uma proposta baseada no Calendário Acadêmico.
498 O conselheiro Odir Dellagostin entendia que não precisariam deliberar sobre as datas, bastaria
499 que fossem informados. O reitor colocou a palavra à disposição. O conselheiro Jonathan sugeria
500 que na primeira reunião fosse trazida uma proposta de Constituinte. O senhor Reitor comentou
501 que acolhia a proposta do conselheiro, mas que a perspectiva seria de trazerem na primeira
502 reunião do segundo semestre letivo. O conselheiro Paulo Bretanha disse que na próxima
503 reunião deveria ser trazida uma proposta de sessão especial para ser discutida a metodologia da
504 Estatuinte. O conselheiro Maurício Pellegrini comentou sobre o assunto que estaria em pauta
505 entre os estudantes que seria o reajuste de vinte centavos na passagem de ônibus até o Campus
506 Capão do Leão, que para alguns poderia não ter problema, mas que para os estudantes era
507 muito oneroso tendo em vista a qualidade do serviço oferecido pela Empresa Santa Silvana.
508 Fez um apelo à Reitoria assumisse um compromisso político de pressionar os órgãos
509 governamentais para que houvesse uma mudança nesse sentido e futuramente fosse
510 proporcionado um transporte gratuito aos estudantes. Comentou que se fosse feita uma análise
511 ver-se-ia que se a Universidade fornecesse o transporte para os alunos pagaria menos do que
512 pagava à empresa e atenderia o dobro de alunos. Disse que já haviam formado uma comissão
513 com alunos, professores e técnico-administrativos e entrado em contato com a Pró-Reitora
514 Rosane Brandão através de ofícios, mas não haviam obtido resposta. Então, solicitava, então, ao
515 Presidente intercedesse junto à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis para que respondia aos
516 ofícios do DCE. Comentou os vários problemas no transporte, entendendo desumano o tipo de
517 serviço prestado. Lembrava que não bastava abrir Cursos e dar vagas, mas que deveriam dar
518 mais apoio deveriam dar condições de permanência e isso passava pelo transporte e Casa dos
519 Estudantes e Restaurante Universitário. Disse, também, que com o ingresso através das cotas,
520 haveria mais alunos carentes que precisariam de apoio. Solicitavam uma mudança nas atitudes
521 da Pró-Reitora, que estava negligenciando as discussões junto aos estudantes, estava impedindo
522 que alunos se manifestassem em nome do DCE, inclusive vetando seu nome junto à Reitoria, o
523 que considerava uma afronta à sua representatividade. O conselheiro Bruno disse que queria
524 fazer um esclarecimento a um questionamento feito do porque que somente naquele momento
525 estavam contra a presença dos pró-reitores no Conselho, então queria dizer que era porque



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 04/2013 – FLS. 11 de 11

526 somente agora aquele grupo havia assumido no Conselho e disse também que se sentiam muito
527 orgulhosos de estarem defendendo com responsabilidade os direitos dos estudantes. Disse,
528 ainda, que se o questionamento havia sido em razão dos boatos de que, como alguns diziam,
529 eram aliados ou “pelegos” da antiga gestão, para ele as práticas falavam mais do que as teorias,
530 porque, tanto no Conselho como anteriormente fora dele, estavam em constante vigília,
531 defendiam a prática democrática independente de estarem na situação ou na oposição, pois essa
532 era a sua ética e mandava o seu caráter. Disse que haviam lutado por seus direitos, inclusive em
533 dois mil e oito quando entraram em confronto direto com a Polícia Federal e Pelotão de
534 Operações Especiais da Brigada. Concluiu fazendo um apelo aos pró-reitores para que tenham
535 discernimento ético e senso crítico quando votassem neste Conselho de forma a trazerem
536 benefícios à Universidade e não acatarem qualquer proposta trazida pela Administração
537 Central, como era feito gestão anterior. O senhor Reitor agradeceu a todos e sem mais a tratar,
538 deu por encerrada a reunião às dezessete horas e trinta e cinco minutos do que para constar,
539 eu Roseméri Roseméri Gomes Gonçalves, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a
540 presente Ata que, depois de aprovada, foi igualmente assinada pelo senhor presidente.

Roseméri Gomes Gonçalves